

## Ficha de unidade curricular

### Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito dos recursos naturais e das energias renováveis

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Heloísa Oliveira (2h/semana)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A sustentabilidade do consumo de recursos naturais tornou-se num assunto central em termos políticos e económicos. O enquadramento legal do consumo de recursos naturais é consequência da necessidade de resolução do problema intergeracional e global da escassez de recursos. O cerne das políticas públicas europeias e nacionais em matéria de direito do ambiente assenta precisamente nos dois temas deste curso: a transição para a economia circular (consumo sustentável de recursos naturais) e a transição para a neutralidade carbónica (energias renováveis).

Pretende-se com esta disciplina que os alunos compreendam a interseção entre estas diferentes temáticas, ganhando conhecimento sobre este regime – com especial pormenor no regime jurídico aplicável à energia renovável –, bem como sobre as mais recentes e inovadoras soluções legais, como as comunidades de energia e o autoconsumo.

Através dos métodos a implementar, os alunos deverão desenvolver também competências ao nível da pesquisa de fontes de informação (jurídica e extrajurídica), compreensão crítica e procura de soluções jurídicas para resolução de problemas, trabalho em equipa, assim como de competências lógico-argumentativas.

Conteúdos programáticos

#### **I. Enquadramento**

1. Recursos naturais
  - 1.1. Conceito
  - 1.2. Classificação
  - 1.3. Funcionalidades
2. O princípio do desenvolvimento sustentável
3. O princípio da solidariedade intergeracional
4. O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas

#### **II. Transição para uma economia circular**

1. Economia circular e economia linear
2. Políticas públicas para a circularidade
3. Instrumentos legais de implementação da economia circular



### **III. Transição para a neutralidade carbónica**

1. Alterações climáticas: mitigação e adaptação
2. Políticas públicas para a neutralidade carbónica
3. A transição energética

### **IV. Energias renováveis**

1. Conceito
2. Políticas públicas energéticas
3. Regime jurídico de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e organização dos mercados de eletricidade
4. Regime de produção de eletricidade em regime especial
  - 4.1. Procedimentos autorizativos
  - 4.2. Remuneração
5. Centrais eólicas
6. Energia das ondas
7. Centrais fotovoltaicas
8. Centrais mini-hídricas
9. Centrais de biomassa florestal
10. Biocombustíveis
11. Comunidades de energia
12. Autoconsumo de energia

### **V. Interseção com outras áreas do direito**

1. Domínio público
2. Direito fiscal
3. Direito da regulação
4. Direitos reais

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abordam e aprofundam o tema do consumo sustentável de recursos, com particular pormenor no regime das energias renováveis, não deixando, contudo, de o integrar numa visão compreensiva do direito do ambiente, dos seus princípios e prioridades. A perspetiva compreensiva adotada permite obter um conhecimento estruturado e aprofundado do ordenamento jurídico nesta matéria.

Método de ensino (avaliação incluída)

As aulas assentarão num modelo de aulas invertidas: serão indicadas as leituras a efetuar antes de cada aula, desenvolvendo-se o trabalho de análise crítica das questões em conjunto na aula, entre alunos e com mediação pelo professor, através do recurso a métodos de resolução de problemas e estudo de caso para as matérias relativas ao direito vigente, e discussão conceptual e argumentativa para as matérias teóricas. No final de cada aula, será feita pelo professor a sistematização conclusiva das leituras e dos trabalhos desenvolvidos. Cada aluno aprofundará um tema à sua escolha para efeitos de elaboração de um pequeno trabalho escrito, que deverá ser desenvolvido ao longo do semestre, com acompanhamento pelo docente.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas (50%);
- Elaboração de um trabalho sobre tema do programa (50%).

Demonstração da coerência dos métodos de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método de ensino é focado na aprendizagem ativa do aluno, num trabalho conjunto na aula com colegas e mediado pelo professor, com trabalho prévio individual. O método permite a individualização na relação entre professor e aluno e acompanhamento constante da evolução do processo de aprendizagem, bem como a flexibilização em torno das temáticas preferenciais (sendo livre, ainda que sob orientação, a escolha do tema do trabalho de investigação). O trabalho conjunto que se propõe é, comprovadamente, o mais apto à construção consolidada do conhecimento pelo aluno e ao desenvolvimento de competências gerais de compreensão de temas, resolução de problemas e análise crítica, e de capacidades lógico-argumentativas.

#### Bibliografia principal

AAVV., *Temas de Direito da Energia*, n.º 3. Cadernos O Direito, Coimbra, Almedina, 2008.

ABECASIS, Duarte & VILHENA DE FREITAS, Lourenço, “A inconstitucionalidade da aplicação da Portaria n.º 243/2013, de 2 de Agosto aos centros electroprodutores em regime especial sujeitos a regimes de remuneração garantida anteriores ao Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de Outubro”. E-pública Revista Electrónica de Direito Público, Vol. 1, N.º 1, 2014. Disponível [aqui](#).

AMADO GOMES, Carla, “Responsabilidade intergeracional e direito ao (ou dever de?) não uso dos recursos naturais”. *Revista do Ministério Público*, 37:145 (Jan.-Mar. 2016), pp.75-99.

AMADO GOMES, Carla (org.), *O Direito da Energia em Portugal: cinco questões sobre o "estado da arte"*. ICJP/CIDP, 2016. Disponível [aqui](#).

AMADO GOMES, Carla & ANTUNES, Tiago, *Actas do Colóquio - Ambiente & Energia*, ICJP/CIDP, 2011. Disponível [aqui](#).

AMADO GOMES, Carla, FRANCO, Raquel & CALADO, Diogo, *Energias Renováveis em Portugal: Evolução e perspectivas*. E-pública Revista Electrónica de Direito Público, Vol. 1, N.º 1, 2014. número 1, 2014. Disponível [aqui](#).

GONÇALVES, Pedro, “Direito Administrativo da Regulação”. *Regulação, Eletricidade e Telecomunicações. Estudos de Direito Administrativo da Regulação*. Coimbra Editora, 2008, pp. 7 e ss.

MACHETE, Rui, “O domínio público e a rede elétrica nacional”. *Estudos de Direito Público*, Coimbra: Coimbra Editora, 2004, pp. 207 e ss.

OLIVEIRA, Heloísa, “Princípios de direito do ambiente”. OLIVEIRA, Heloísa, & OLIVEIRA, Heloísa (eds), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol I. CIDP/ICJP, 202. Disponível [aqui](#).

OLIVEIRA, Heloísa, “Circular Economy: From Economic Concept to Legal Means for Sustainable Development”. *E-pública Revista Electrónica de Direito Público*, número 2, Vol. 7, 2020. Disponível [aqui](#).

ROSENBLOOM, Jonathan, “Defining nature as a common pool resource”. HIROKAWA, Keith H. (ed.), *Environmental law and*



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

*contrasting ideas of nature: a constructivist approach*. ed.). Cambridge University Press, 2014, pp. 47-63.

TAVARES DA SILVA, Suzana “O Uso de Recursos Renováveis na Energia. A revisitação do princípio jurídico-constitucional da protecção da confiança legítima dos investidores a pretexto dos modelos de financiamento da produção de energia eléctrica a partir de FER”. TAVARES DA SILVA, Suzana (orgs.), *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*. Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 73-95.

TAVARES DA SILVA, Suzana, “O princípio da sustentabilidade económica e financeira do sistema eléctrico liberalizado sob regulação especial”, *Actas del XI Colóquio Hispano-Portugués de Direito Administrativo*, 2015, pp. 93-112. Disponível [aqui](#).

TAVARES DA SILVA, Suzana, *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*. Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 97-124. Disponível [aqui](#).

TAVARES DA SILVA, Suzana, *Direito da Energia*. Coimbra Editora, 2012 .

TAVARES DA SILVA, Suzana, “Sustentabilidade energética: entre os direitos subjectivos e a juridicização das políticas públicas”. VALENTE, Isabel Maria Freitas & RIBEIRO, Ana Maria Reis, *Ambiente, Energias e Alterações Climáticas – III. Ambiente e desenvolvimento sustentável. A nossa escolha, o nosso futuro!*, Colecção Ambiente, Energias e Alterações Climáticas, n.º 3. Centro de Informação Europe Direct de Aveiro, 2011. Disponível [aqui](#).

TAVARES DA SILVA, Suzana (org.), *Estudos de Direito da energia*. Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível [aqui](#).

TAVARES DA SILVA, Suzana & SOARES, Cláudia Dias, *Direito das Energias Renováveis*. Almedina, 2014.

VILHENA DE FREITAS, Lourenço, *Direito Administrativo da Energia – Introdução*, AAFDL, 2013.